

CONVERSAS

JOSÉ RAMOS-HORTA



Divulgação

José Ramos-Horta é uma figura política lendária. Nascido em Díli, capital timorense, a 26 de dezembro de 1949, este homem era o ministro dos Negócios Estrangeiros do primeiro Governo de Transição, anterior à invasão de Timor-Leste pela Indonésia, em 1975. Após a captura do país, passou a representar os interesses do povo maubere junto às Nações Unidas, como membro permanente da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), entre 1976 e 1989. Dividiu, com o bispo Filipe Ximenes-Belo, o Nobel da Paz, de 1996, pela militância de uma vida inteira em prol dos direitos humanos no Timor. E, numa dessas reviravoltas que a vida dá, Ramos-Horta voltou a ocupar, percorridos quase trinta anos desde a ocupação indonésia do Timor, o mesmo posto de quando foi deposto pelos invasores. O atual ministro dos Negócios Estrangeiros do Timor-Leste falou diretamente da sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, donde pôde relatar a situação geral de seu país, o estado das instituições nacionais e as expectativas em torno da recém-criada Comissão de Verdade e Amizade, firmada entre Timor-Leste e Indonésia, para apurar os culpados pelo massacre humanitário de 1999 em Díli.

Senhor ministro, o secretário-geral das Nações Unidas acaba de apresentar o último relatório sobre a situação geral no Timor-Leste. Como o sr. avalia esse relatório?

José Ramos-Horta: De uma maneira geral, obviamente, subscrevemos o relatório do secretário-geral em todas as partes positivas em que ele faz referência à situação no Timor-Leste. Subscrevemos também algumas preocupações dele em relação às necessidades e fragilidades das instituições timorenses, em que ele pede a ajuda das Nações Unidas e da comunidade internacional para reforçar a formação das nossas forças de segurança, para a polícia, o sistema judiciário, a formação de juízes e outros no setor de justiça. Em particular, ele [o secretário-geral Kofi Annan]

"o secretário-geral Kofi Annan sugere a manutenção de uma pequena, mas credível, presença das Nações Unidas em Timor Leste, já sem a componente força de paz, mas com observadores militares, forças policiais e peritos civis para apoiar o governo nos setores em que este ainda tem necessidade."

sugere a manutenção de uma pequena, mas credível, presença das Nações Unidas em Timor Leste, já sem a componente força de paz, mas com observadores militares, forças policiais (com estatuto de trabalhadores de nossa polícia) e peritos civis para apoiar o governo nos setores em que este ainda tem necessidade.

Apesar das preocupações manifestadas pelo secretário-geral, a redução dos efetivos coaduna-se com essa nova situação em Timor-Leste?

JRH: Sem dúvida nenhuma. A situação, de uma maneira geral, é muito pacífica. Uma das mais estáveis, em comparação com qualquer país do mundo, tendo-se em consideração que somos um país com apenas três anos de independência. Temos índices de criminalidade muito baixos, não temos crime organizado, não temos qualquer problema de grupos armados que causem instabilidade. Mas as instituições ainda são frágeis, precisam de continuação de apoio para serem consolidadas. As condições de formação das nossas forças de segurança, em particular a polícia, continuam a exigir apoio e atenção internacionais porque, muito embora estejamos todos otimistas e muito confiantes – na medida em que, como o próprio relatório diz, a situação tem

Entrevista transcrita sob autorização da Rádio das Nações Unidas, à qual se reservam todos os direitos.

estado muito estável -, a verdade também é que esta paz e estabilidade ainda são frágeis, porque são frágeis as instituições. Daí que é preciso prudência, medidas de precaução para que os ganhos adquiridos até agora, desde os últimos cinco anos, não caiam por terra. Por isso, é necessária uma atuação visível, credível das Nações Unidas no território.

Na sua intervenção na sessão do Conselho de Segurança, o sr. ministro fez uma apresentação e uma defesa da nova Comissão de Verdade e Amizade que Timor-Leste e Indonésia estão a tentar criar. Em que ponto estão os esforços para criar essa Comissão?

JRH: *A Comissão está em processo de vir a ser formalizada pelos dois chefes de Estado. Os termos de referência já estão acordados, são termos de referência que dão credibilidade e legitimidade a essa Comissão e estamos convencidos - há um consenso nacional em torno dessa solução no meu país - de que essa é a única via possível neste momento para fazer justiça - e justiça passa pela verdade, acima de tudo. Passa pela contribuição voluntária de todas as partes envolvidas - não apenas as vítimas, mas, é claro, os possíveis culpados da violência, de dizerem as verdades, de aceitarem as suas responsabilidades e pedirem desculpas às suas vítimas. Nós acreditamos mais nesse processo, o processo de dizer a verdade, de aceitar as responsabilidades, do que o processo tradicional de tribunal, de julgamento, de prisão. Já se verificou que o "serious crime" (o processo de "crimes sérios", em Timor), assim como o tribunal ad hoc na Indonésia, não funcionam - e muito menos concordamos com o estabelecimento do Tribunal [Penal] Internacional. Mas também não podemos apenas cruzar os braços e dar, assim, total cobertura à impunidade. Então os líderes*

decidiram que uma das formas mais eficazes seria o estabelecimento de uma Comissão da Verdade e Amizade, composta por pessoas idôneas e isentas, não fazendo parte de governos, que vão apurar as responsabilidades, as verdades de tudo o que aconteceu em 1999.

"os líderes decidiram que uma das formas mais eficazes seria o estabelecimento de uma Comissão da Verdade e Amizade, composta por pessoas idôneas e isentas, não fazendo parte de governos, que vão apurar as responsabilidades, as verdades de tudo o que aconteceu em 1999."

O secretário-geral das Nações Unidas acaba de criar uma Comissão de Peritos para atuar também na área de direitos humanos em Timor-Leste. O sr. acha que os trabalhos dessas duas comissões podem ser complementares?

JRH: *Sem dúvida que sim, se a Comissão de Peritos compreender que existe um mecanismo criado pelos dois chefes de Estado dos dois países diretamente interessados, e que deve apoiar esse mecanismo. Acredito e espero que os peritos constatem que há essa Comissão [de Verdade e Amizade] com credibilidade, com pessoas idôneas, que tem uma chance melhor do que qualquer outro mecanismo de apurar a verdade e as responsabilidades, e que recomendem ao secretário-geral e ao Conselho de Segurança que a ONU dê todo apoio possível à Comissão de Verdade e Amizade entre Timor-Leste e Indonésia.*